

TRABALHO E EDUCAÇÃO: (DES)EMPREGO NA BAHIA

*Work and Education: (un)employment
in Bahia State, Brazil*

JORGE, Marcos¹
CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza²
TELLES, Tiago Santos³

RESUMO

O artigo discute a problemática da modernização tecnológica do sistema produtivo, a partir dos anos 80 e intensificada na década de 90, e seus efeitos sobre o comportamento do mercado de trabalho, focando o estado da Bahia. A partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, do IBGE, efetuou-se uma análise da força de trabalho baiana, destacando variáveis como empregabilidade, ganho salarial, raça, gênero e tempo de estudo. Os dados mostram, entre outras questões, um mercado de trabalho de baixo nível educacional e baixos salários com fortes linhas de exclusão em relação à raça e gênero.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Escolaridade; Desemprego; Gênero; Raça.

ABSTRACT

The article argues about the problematic of the technological modernization of the productive system, from years 80 and intensified in the 90, and its effect on the behavior of the labor market based in the state of the Bahia. From the few Demographic data of Census 2000 by the IBGE an analysis of the Bahia state force of work was affected mainly on the variable as employment, wage profit, race, sort and years of studies. The data show, among others questions, a labor market with a low-level of education and low wages with strong exclusion in relation to the race and sort.

Keywords: Labor market; Unemployment; Gender; Race.

¹ Doutor em Educação - Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: mjedu@gmail.com.

² Doutora em Economia - Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional.

³ Economista e Mestre - Universidade Estadual de Londrina. E-mail: tiagotelles@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por profundas transformações ao longo da década de 90. Motivadas, principalmente, pela abertura econômica ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, queda na taxa de inflação e redução da presença do Estado na economia (NERI *et al*, 2000). Com as mudanças tecnológicas, a liberalização produtiva, financeira e comercial, o país terminou expondo à competição internacional quase todo sistema produtivo (POCHMANN, 2003). As empresas, especialmente do setor industrial, tiveram dificuldades para sobreviver neste ambiente, eliminando empregos e reduzindo custos (MENDONÇA, 2003).

Com essa reestruturação, as empresas foram estimuladas a repensar o modo de organização do processo produtivo, articulando nova estrutura ocupacional, conteúdo do trabalho e relações de emprego (CHAHAD, 2003). As inovações tecnológico-organizacionais das empresas refletiram diretamente sobre a dinâmica do emprego, com a exigência de trabalhadores com maiores níveis de qualificação (ALVES, 2000). Trabalhadores com pouca escolaridade foram parcialmente excluídos do mercado de trabalho e substituídos pelos mais capacitados e com maior gama de competências.

Segundo Pochmann (2001), a nova estrutura produtiva gerou uma diminuição da classe operária industrial tradicional, concomitantemente a uma ampliação expressiva do trabalho no setor de serviços. Fenômeno expresso pela intensificação da subproletarização, com a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado (DRUCK e BORGES, 2002). A subproletarização do trabalho, de acordo com o autor, implica em formas de ocupação vinculadas à economia informal, categoria marcada pela precariedade do emprego e remuneração, regressão dos direitos sociais e a ausência de proteção. Conjuntamente ao aumento da informalidade no mercado de trabalho essa dinâmica produziu a explosão do desemprego (DEDECCA, 2005).

As mudanças operadas neste período permanecem pautando as discussões atuais dos fatores intervenientes ao trabalho, em especial quando se referem ao preenchimento de novos postos de trabalho (CASTEL, 1998; POCHMANN, 2001), em razão dos impasses gerados entre as competências e habilidades requeridas pela modernização do processo produtivo, a qualidade da formação educacional e profissional do indivíduo, e a falta de emprego no mercado, gerada pela recessão da economia (POCHMANN, 2004).

Dentro deste quadro, a discussão da temática do (des)emprego a partir da realidade do estado da Bahia⁴ pareceu importante e instigante, uma vez que a Região Metropolitana de Salvador, em abril de 2008, apresentou a maior taxa de desemprego aberto do país (11,9%),⁵ conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME),⁶ do IBGE. Néri (2005) observa ainda que o índice de

⁴ O quarto estado mais populoso do Brasil, com mais de treze milhões de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002).

⁵ Relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas em um determinado período de referência.

⁶ PME é uma pesquisa de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho. Os dados são obtidos de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas. Os dados relacionam-se a períodos de referência: (1) semana de domingo a sábado, que precede a semana para a realização da entrevista; (2) os 30 dias que antecedem a semana fixada para a entrevista; e (3) mês antecede a realização da pesquisa. Os

pobreza no estado baiano foi de 48,68%, muito acima da média nacional (25,08%).⁷

Buscou-se, assim, caracterizar as transformações e as novas exigências do mercado de trabalho para a sociedade baiana, verificando se este sofre influências de aspectos como gênero, raça e escolaridade. São, ainda, analisados a qualificação da mão de obra e suas formas de inserção na atividade econômica através do tipo de atividade e dos padrões de rendimento.

PARÂMETROS TEÓRICOS

Desde meados dos anos 90, convivemos com a expectativa da retomada do crescimento e da geração de empregos, que se apresentam aquém do necessário (SANTOS, 2008). As transformações observadas na economia brasileira, a partir dos anos 90, que desencadearam na reestruturação produtiva, demandaram profundas mudanças estruturais e tecnológicas, como condição para que as empresas concorressem com relativa margem de sucesso em um ambiente de competição marcadamente dominado por grandes corporações transnacionais (MATTOSO e POCHMANN, 1998; CARDOSO JÚNIOR, 2001).

Embora haja controvérsias sobre a sua definição, a chamada Terceira Revolução Industrial teve, como maior impacto no mundo do trabalho, a aplicação intensiva da informática em todas as etapas da produção econômica, alterando radicalmente o processo produtivo, qualquer que fosse o ramo de atividade, em particular, reduzindo custos de produção e aumentando a produtividade do trabalhador (POCHMANN, 2002). Esse processo, combinado ao baixo crescimento econômico (ALVES, 2000; CHAHAD, 2003), conduziu a uma diminuição do número de trabalhadores necessários nas diversas atividades e, conseqüentemente, a um aumento do desemprego (BARELLI, 2003).

Doravante, os postos de trabalhos exigiram um novo profissional, com capacidades polivalentes, conhecimentos amplos do processo de produção, além de estar apto a assumir responsabilidades, livre da tutela de um – outrora onipresente – capataz, cuja tarefa de controlar o trabalhador fora delegada às máquinas (DEDECCA, 1996).

Conceitos como polivalência e politecnicidade estão na base do debate em torno de um modelo educacional direcionado à formação do trabalhador brasileiro. Segundo Shiroma e Campos (1997), polivalência remete a uma formação dirigida ao trabalho mais diversificado, em que o trabalhador tem relativo controle no gerenciamento do seu tempo, mas com pouca margem para alterar qualitativamente o trabalho em si mesmo. Desta forma, o simples fato de manipular máquinas complexas não representa um salto intelectual do

dados divulgados são relativos às pessoas de 15 anos ou mais de idade e à semana de referência, com exceção da taxa de desemprego aberto, que é divulgada também para o período de 30 dias, e dos rendimentos, que são relativos ao mês de referência da pesquisa.

⁷ Para a federação, como um todo, o número de pessoas tidas como miseráveis girou próximo dos 44,8 milhões de brasileiros, sendo que a Bahia ocupou a sétima posição em termos de miserabilidade entre as vinte e sete unidades federativas com mais de 6,5 milhões de indivíduos nessa condição, quase metade da sua população. Pelos critérios do levantamento de Néri (2005), considera-se miserável uma pessoa que tem renda per capita domiciliar inferior a 125 reais por mês.

trabalhador, trata-se de um arranjo formal, visando maior produtividade. Já a politecnicidade enfatiza uma educação que possibilita ao trabalhador o domínio da técnica em nível intelectual, e a possibilidade de um trabalho flexível, com a recomposição de tarefas em nível criativo. Ultrapassa o plano da empiria e foca a criatividade e a autonomia de pensamento, pressupondo um trabalhador não apenas flexível, mas consciente, capaz de atuar criticamente em atividade de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. Portanto, se por um lado, o desemprego pode ser analisado como uma consequência inevitável da produção capitalista, que tende a substituir trabalho vivo por trabalho morto (desemprego tecnológico), por outro lado, entende-se que o modelo de avanço tecnológico escolhido, poupador de força de trabalho, que é um elemento basilar desse quadro caótico de desocupação, é também fruto de decisões políticas (SANTOS, 2008).

Nesse contexto, o desemprego pode se constituir em uma variável estratégica de dominação do capital, na medida em que o aumento da oferta e a diminuição da procura por força de trabalho têm um impacto direto na regulação dos salários e no potencial de negociação da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais fragilizada e submetida às regras do mercado (SANTOS, 2008).

De acordo com Leite (2000), no Brasil os esforços modernizadores focados no aumento da competitividade concentraram-se inicialmente na aquisição de novos equipamentos, o que repercutiu principalmente na reorganização da produção, no sentido de adequação aos princípios da flexibilidade, qualidade e rapidez. Tal esforço modernizador também desencadeou desdobramentos na organização interna das empresas, obrigando-as a redefinir cargos, criar novas modalidades de contratos de trabalho e de serviços, treinamento e aprendizagem contínuos, que contribuíram para ampliar o debate em torno da temática da qualificação profissional (DAVEL e VERGARA, 2001).

Seguindo essa tendência, Campos *et al* (2007) ressaltaram que a reestruturação produtiva brasileira pautou-se pela introdução de modernas técnicas de gestão e controle da qualidade e na adoção de tecnologia com viés para o trabalho qualificado, promovendo ajustes substanciais na produção, emprego, produtividade e salários. Assim, a conjuntura que redefine as novas formas de organização econômica, a partir do viés tecnológico, evidencia a necessidade de profissionais melhor qualificados e instruídos em termos de educação básica e profissionalizante.

No discurso empresarial, elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores tornou-se fundamental para o seu desempenho profissional e sua adequação às crescentes mudanças nos processos produtivos (SHIROMA; CAMPOS, 1997). Entretanto, Carvalho (1993) e Gílio (2000) afirmam que o desenvolvimento e aproveitamento da inteligência da produção não são o ponto forte do capital brasileiro, pois, embora haja significativas exceções setoriais, o trabalho com pouca qualificação, barato e descartável continua sendo a base na qual se sustenta a maior parcela das atividades econômicas no país.

Para Kuenzer (2007) existe uma contradição entre trabalho e educação no Brasil, pois as tarefas se simplificam e as exigências de conhecimento se ampliam, o que levou, durante algum tempo, à unificação dos discursos entre trabalhadores, empresários e Estado em torno da importância estratégica da qualificação face aos desafios postos pelo processo de reestruturação

produtiva. Esta demanda é vista por Pochmann (2004) como um possível resultado da utilização, pelos setores produtivos da economia, de trabalhadores de maior qualificação em ocupações que, em certos casos, não apresentem, necessariamente, maiores exigências profissionais, acompanhado da consequente exclusão daqueles menos qualificados. Para Salm e Fogaça (1998) isso significa menos a expressão de uma demanda real por trabalhadores mais qualificados e, muito mais, o produto da oferta de mão de obra de maior qualificação pelo mercado de trabalho.

Embora a formação educacional isolada não seja condição suficiente para a empregabilidade dos indivíduos, ainda é marcante o distanciamento entre o perfil do trabalhador demandado pelas novas exigências do mercado e a sua trajetória e formação escolar (BARELLI, 2003; POCHMANN, 2004).

Dedecca (2005) correlaciona a empregabilidade, reestruturação produtiva e qualificação da mão de obra, como propulsores da drástica queda no nível de emprego, uma vez que a incorporação de mais tecnologia por parte das empresas gerou de imediato um aumento do desemprego em um país, que ao longo dos anos 80, vivenciou uma situação de profunda estagnação econômica. Para Guimarães (2002) e Barelli (2003) esta dinâmica se confirmou como condição para a ampliação dos empregos temporários e a onda das terceirizações, influenciadas fortemente pelas flutuações do mercado. Os pesquisadores observaram também a consolidação do papel da mulher na sociedade e a sua participação no mercado de trabalho, fenômeno desencadeado nas décadas anteriores, por transformações culturais, que resultou em uma maior inserção feminina no espaço público, bem como sua inclusão para uma disputa mais acirrada por empregos.

Para Druck e Borges (2002) a terceirização pode ser considerada como a principal política de gestão e organização do mercado de trabalho no interior da reestruturação produtiva. Isto porque, os contratos flexíveis, propagados pelas estratégias e pelo discurso empresarial, se confirmam como a forma mais visível da flexibilização no emprego, pois permitem a transferência de custos e de responsabilidade de gestão aos trabalhadores.

O *status* adquirido pelo trabalho de grande complexidade – caracterizado pelo manuseio de informação (insumo de novos produtos), melhor remuneração e extensa formação educacional, em um país onde o ensino público é notoriamente de baixa qualidade (SEGNINI, 2000; POCHMANN, 2001), agrava esta situação, uma vez que oportunidade equitativa de acesso para ambos os sexos a tais ocupações fica restrita a uma diminuta parcela da população, contribuindo ainda mais para a exclusão social de amplos setores da sociedade (DEMO, 2003).

QUESTÕES SOCIAIS

Do longo período escravocrata, a Bahia, ainda hoje, exibe um significativo contraste entre riqueza e pobreza relacionado às disparidades históricas entre o urbano e o rural (SPÍNOLA, 2004; SAMPAIO, 2007). Para Santos (2005), a estrutura fundiária, desse estado, hostil à maior distribuição de renda e à ampliação do consumo, sempre concentrada nas mãos de poucos proprietários e assentada sobre grandes extensões de terras, aliada à herança agroexportadora, ao poder quase absoluto da oligarquia rural e às diferenças regionais típicas do modelo de desenvolvimento brasileiro,

retardou a introdução de novos processos de produção agrícola e a introdução de inovações.

Segundo Ivo (1987), toda a economia baiana colonial teve seu eixo dinâmico centrado na produção, altamente especializada, de artigos primários (cana de açúcar e posteriormente, fumo e cacau), voltados para o comércio exterior, baseado no trabalho escravo até fins do século XIX, quando se instaura o trabalho livre. Durante todo o desenvolvimento colonial, no entanto, desenvolveram-se, articuladas à grande produção comercial, amplas áreas de pecuária extensiva e setores de subsistência, que retiveram sempre a maior parte da força de trabalho no campo, fazendo com que o setor agrícola participasse historicamente, de forma dominante, na estrutura de emprego do estado.

Efetivamente as tendências até então assumidas pela economia colonial, na Bahia, caracterizada por uma estrutura de distribuição de renda marcada por profundas diferenciações internas, resultado de uma organização de produção baseada, durante séculos, no trabalho escravo e que envolveu, em seguida, para uma agricultura de subsistência, deixou fora das relações econômicas grande parte da população rural, impossibilitando a consolidação de um mercado interno capaz de viabilizar a instalação de indústrias adequadas à realimentação do processo de crescimento regional, como ocorreu no centro-sul do país, que a partir de 1930 deixa de gravitar em torno do setor agrário-exportador para centrar-se sobre o setor industrial (IVO, 1987; SPÍNOLA, 2004).

O mercado interno insipiente as questões de ordem política, o deslocamento do poder para os estados do sul e sudeste, e a visão limitada das elites locais em relação à modernização dos processos produtivos, foram particularidades intrínsecas a economia baiana.

Para Franco (2009), Salvador emerge, a partir dos anos 1950, como pólo articulador de uma região urbano-industrial. Essa entrada na rota modernizante se inicia com a implantação das atividades de extração e refino do petróleo, com a criação da Petrobrás e da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), passando pelos investimentos industriais incentivados dos anos 1960, como o Centro Industrial de Aratu, e com o Pólo Petroquímico de Camaçari, nos anos 1970. Estratégico para complementar a matriz industrial brasileira com a produção de insumos básicos e bens intermediários, e pólo petroquímico (eixo dinâmico da economia local).

Entretanto, de acordo com Sampaio (2007), somente na década de 70 se inicia, de fato, um tímido processo de industrialização baiana, centrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para o autor, a atenção e investimentos dedicados a capital do estado e ao seu entorno, aliada a falta de um planejamento que apreciase a Bahia em sua totalidade, e associado à inércia do desenvolvimento econômico experimentado no período, contribuíram para uma herança sistêmica de persistente pobreza. Para o autor, este fato pode ser observado pela concentração de renda na RMS, composta por 10 municípios (2,4% do total de municípios do estado) que concentram mais de 50% do PIB estadual, enquanto os outros 407 municípios (97,6%) dividem menos da metade desse percentual.

De acordo com Carvalho (1997), a Bahia passou por mudanças mais intensas, que dinamizaram e modernizaram a sua economia, entre 1980 e 1995. Esse crescimento foi associado a um avanço da industrialização, com

a instalação de um complexo voltado basicamente para a produção de bens intermediários e complementar ao parque industrial do centro-sul do País, além da criação de alguns pólos agro-industriais dinâmicos em regiões do interior do estado, a exemplo do cultivo de grãos no cerrado ou da produção de frutas para a exportação em áreas irrigadas de Juazeiro. Entretanto, os efeitos desses processos ficaram restritos a determinadas atividades e setores sociais e, em termos espaciais a Salvador, suas adjacências e outros poucos municípios. Acentuando, assim, o quadro de contrastes que marca a realidade do estado, com a amplitude das carências sociais e a reduzida capacidade do setor público para lhes dar respostas.

Mas, mesmo na RMS, fica evidente, na década de 1990, uma queda do peso das atividades industriais na estrutura ocupacional, influenciada pelas terceirizações. O setor químico e petroquímico, por exemplo, em dez anos eliminou aproximadamente 16 mil postos de trabalho, passando de 28 mil para pouco mais de 12 mil vagas entre 1989 e 1999. A tendência à redução do “núcleo estruturado” do mercado de trabalho *versus* o aumento dos vínculos empregatícios precários (nos quais se inclui boa parte dos terceirizados); o desemprego, que não apenas se elevou, mas, atingindo desigualmente os segmentos da força de trabalho, pela primeira vez afetou a todos; e a redução dos rendimentos médios reais dos ocupados (FRANCO, 2009).

Frente a esta realidade, Ferreira (2003) argumenta que as questões relativas ao desenvolvimento local têm sido um dos principais pontos de interesse das políticas públicas do governo do estado da Bahia, tendo em vista que por muitos anos, realmente, estas políticas se pautaram pela ênfase na capital baiana e em pólos produtivos ativos, relegando a segundo plano outras áreas com potencial produtivo, o que desencadeou um profundo desnível econômico no estado.

Às populações das áreas pobres do estado baiano restaram a falta de recursos e a ilusão de melhores oportunidades na capital (SANTOS, 2005). Sem condições de inserção nos escassos postos de trabalho que foram criados com o processo industrial baiano – processo firmado em bases tecnológicas de média e alta complexidade, ou seja, com pouca ou praticamente nenhuma necessidade de mão de obra desqualificada ou de baixa qualificação – aquelas populações ficaram sem emprego, oportunidades educacionais adequadas e, conseqüentemente, de qualificação profissional.⁸ Trata-se, portanto, de um processo que representa para os mais pobres uma piora das condições de vida, já bastante degradadas (POCHMANN, 2007). Dessa forma, surge um novo debate sobre a questão, um problema de ordem social e econômica, já que não se pode mais ocultar o quadro de pobreza e de desigualdade social que castiga essa parcela da população baiana (SPÍNOLA, 2004).

Para Teixeira e Guerra (2000), a concentração espacial da indústria na Região Metropolitana de Salvador contribui para o crescimento do desemprego, uma vez que esse local continua sendo o alvo natural de migrantes do interior baiano, principalmente oriundos do semiárido. Como as atividades industriais (intensivas em capital), que geram renda, mas não

⁸ Para Shiroma e Campos (1997), o conceito de qualificação englobaria escolaridade básica, capacidade de adaptação a novas situações, compreensão global de um conjunto de tarefas e de funções conexas, demandando capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretações de informações.

emprego, não conseguem absorver toda a massa de indivíduos que buscam trabalho, problemas sociais tendem a aumentar. A região se torna incapaz de garantir condições de cidadania a toda população. Além disso, a abertura de mercado, iniciada em 1990, expôs as deficiências competitivas da indústria local. Deficiências reveladas pela redução da produção e do emprego em certos setores, fechamento de fábricas e redução dos mercados de exportação em geral.

A ênfase no crescimento econômico, desta forma, levando localidades específicas a altos níveis de industrialização e urbanização, teve como resultado uma sociedade profundamente desigual, com uma forte diferença no desenvolvimento regional e na distribuição da renda e riqueza (SANTOS, 2005).

Resumidamente, do quadro apresentado, infere-se que as deficiências competitivas das economias regionais estão, em parte, relacionadas a uma cultura empresarial refratária às inovações tecnológicas e gerenciais e aos baixos investimentos em atividades de aprendizado e treinamento, aliada a um conservadorismo e a uma aversão ao risco, ainda persistentes no empresariado. Vale ressaltar que questões de ordem mais estrutural, como as disparidades regionais, pacto federativo de redistribuição de impostos, as inconstâncias da política governamental federal de investimentos nas diversas áreas participam, em maior ou menor grau, do agravamento da questão do (des)emprego no estado da Bahia (SPÍNOLA, 2004).

PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO BAIANO

O Estado da Bahia, um dos maiores do Brasil, tanto em termos populacionais (13.070.250 habitantes, concentração de 7,7% da população brasileira), quanto por sua extensão territorial, apresenta profundas disparidades no mercado de trabalho relacionadas à raça, gênero e tempo de estudo dos indivíduos (IBGE, 2002). A análise destas características está respaldada nos microdados do Censo Demográfico 2000,⁹ colhidos pelo IBGE por meio de uma amostragem equiprovável dos domicílios recenseados, cujas frações amostrais foram de 10% para municípios com população estimada superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios.

A análise restringiu-se a brasileiros natos com idade entre 16 e 65 anos completos, ocupados ou desempregados, que se autodeclararam brancos e não brancos. Foram excluídos da amostra os aposentados e indivíduos que na semana de referência ajudaram exclusivamente sem remuneração: I) no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio, ou como aprendizes/estagiários; e II) no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal etc., bem como os que trabalharam em cultivo para alimentação de pessoas moradoras no domicílio.

Constatou-se que a População Economicamente Ativa (PEA), formada por indivíduos brancos e não brancos,¹⁰ no ano de 2000, no Estado da Bahia, era de 5.131.240 pessoas. Destas, 4.135.900 se encontravam efetivamente

⁹ Embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), já disponibilize dados mais recentes, optou-se pelo Censo Demográfico de 2000, que apresenta uma amostragem mais ampla, tanto em termos estatísticos quanto regionais.

¹⁰ Consideram-se como não brancos a totalidade da população que se declarou de cor preta ou parda. Além disso, foram excluídos da pesquisa os que se autodeclararam indígenas e amarelos.

empregadas (80,60%), as 995.340 restantes estavam desempregadas (19,40%), taxa muito superior à média nacional no período (15,04%).

Um ponto importante desta discussão é a característica da raça dos indivíduos inseridos na PEA estudada. Os brancos totalizavam 25,03%, destes, 83,99% empregados e 16,01% desempregados; já os não brancos totalizavam 74,97%, sendo que, destes, 79,47% estavam empregados e 20,53% desempregados. Para os não brancos a taxa de empregabilidade foi 4,52 pontos percentuais menor que a dos brancos (TABELA 1). O estudo de Menezes e Dedecca (2006) também aponta a persistência do desemprego para os não brancos.

Tabela 1 – PEA da Bahia segundo raça e condição no mercado de trabalho, 2000 (%)

Raça	PEA	Empregados	Desempregados
Branca	25,03	83,99	16,01
Não branca	74,97	79,47	20,53
Total	100,00	80,60	19,40

Fonte: Elaborada com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000.

A TABELA 2 mostra um recorte para o conjunto de desempregados que apresenta um total de 995.340 pessoas, entre as quais 47,23% são homens. Destes, 9,17% são brancos e 38,06% não brancos; 52,77% são mulheres, das quais 11,49% são brancas e 41,28% são não brancas. Para as mulheres, a taxa de desemprego é 5,54 pontos percentuais maior que a dos homens. Esta realidade confirma as considerações de Barelli (2003), segundo as quais a mulher ainda enfrenta desvantagens em relação aos homens, seja branca ou não.

Tomando a questão da raça verifica-se a desvantagem do grupo de não brancos em relação aos brancos, uma vez que aqueles representam 79,34% dos desempregados, evidência já constatada em diversos estudos (BARCELOS, 1992; SANTOS, 1999; SANTOS, 2005; BARBOSA *et al.* 2007). Vale destacar a enorme disparidade verificada nas taxas de desemprego para a mulher não branca (41,28%), que é a maior dentre todos os segmentos estudados.

Quando cruzadas as variáveis escolaridade e desemprego, constata-se que, mesmo de qualidade discutível (DEMO, 2003), uma passagem de mais de quatro anos pelo sistema de ensino aufere condições de empregabilidade aos indivíduos, mesmo que sejam mínimas diante da carência de postos de trabalho. Quando se aumentam os anos de estudo, diminuem-se os índices de desemprego, que vêm caindo e se mostrando mais baixos nos grupos de alta escolaridade (12 anos ou mais),¹¹ curiosamente com uma exceção para a população analfabeta. Isto porque, se considerarmos os dados para a população total ou desagregada por sexo e raça, observaremos que a sua parcela analfabeta é menos atingida pelo desemprego que aquelas com escolaridade entre 4 e 11 anos de estudo. No entanto, as diferenças de gêneros continuam prevalecendo em favor dos homens.

Quando analisada isoladamente, a situação de indivíduos brancos e não brancos com até 11 anos de estudos completos (correspondentes ao antigo segundo grau e atual ensino médio) impera uma gritante desigualdade racial,

¹¹ Nos extratos da população com mais de 11 anos de estudo esta diminuição é acentuada.

o que levou Osório (2004, p. 21) a afirmar que “diante de um branco e de um não branco, de origem nas classes mais baixas, a sociedade privilegiará o branco na hora de recrutar para posições nas classes intermediárias e superiores”. Realmente, os dados permitem constatar discriminação racial até mesmo no estado da Bahia, onde a grande maioria da população, aproximadamente 70%, é composta de não brancos (IBGE, 2002).

Em relação à qualificação profissional observou-se que esta não é a principal problemática do desemprego na Bahia. Esse problema relaciona-se, principalmente, ao fraco dinamismo econômico, com repercussões negativas sobre a demanda por trabalhadores.

Tabela 2 – Desempregados na Bahia segundo raça, gênero e anos de estudo, 2000 (%)

Anos de Estudo	Total	Homens		Mulheres	
		Branco	Não branco	Branca	Não branca
Analfabetos	10,74	1,04	5,11	0,79	3,81
1 a 4 anos	32,25	2,90	14,40	2,83	12,13
5 a 8 anos	29,14	2,61	11,41	3,06	12,06
9 a 11 anos	25,78	2,24	6,76	4,13	12,65
12 a 14 anos	1,34	0,26	0,28	0,38	0,41
15 anos ou mais	0,75	0,12	0,11	0,30	0,22
Total	100,00	9,17	38,06	11,49	41,28

Fonte: Elaborada com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000.

A TABELA 3 traz a distribuição dos ocupados na Bahia, por gênero, raça e faixas de rendimento. Mais uma vez o quadro de disparidades se revela: 75,95% dos ocupados na Bahia recebem até 2 salários mínimos mensais. Se consideramos apenas o universo dos não brancos, este percentual é assustador, atinge 83,8% das mulheres e 77,20% dos homens. Isto revela a segmentação do mercado de trabalho baiano, que reserva a essa faixa os menores salários, possivelmente vinculados a ocupações vulneráveis, representadas por trabalhos manuais ou de serviços pesados e braçais.

Por outro lado, as atividades que auferem 15 salários mínimos ou mais recrutam apenas 1,8% dos ocupados. Se isolarmos este grupo, novamente os homens brancos são os que mais se destacam, formam um contingente de 44,36% do total, seguido pelos homens não brancos (31,17%). Para as mulheres, os índices caem drasticamente, observa-se o fosso que separa a mulher não branca da sua igual branca, e dos homens. A primeira representa 8,58% dentro desta faixa de renda, enquanto que a mulher branca responde por 15,89%, evidenciando as fortes linhas de exclusão de gênero e raça que atingem esta população em todas as faixas de renda.

De acordo com Barbosa *et al.* (2007), entre os indivíduos abaixo da linha da pobreza na Bahia, 81,7% são não brancos, sendo que estes, de forma geral, apresentam nível médio de escolaridade um ponto percentual abaixo dos brancos. Tal fato corrobora, ainda mais, a posição das mulheres não brancas nas situações de maior vulnerabilidade social. Constatam-se várias situações de desfavorecimento racial, inclusive no mercado de trabalho.

Tabela 3 – Ocupados na Bahia segundo raça, gênero e faixa de rendimentos, 2000 (%)

Renda*	Total	Homens		Mulheres	
		Branco	Não branco	Branca	Não branca
(0 a 1)	50,07	6,34	23,94	4,38	15,41
(1 a 2)	25,88	4,11	13,44	2,38	5,95
(2 a 3)	7,91	1,44	4,05	0,83	1,59
(3 a 4)	5,84	1,26	2,87	0,68	1,03
(4 a 5)	1,81	0,35	0,82	0,26	0,38
(5 a 10)	5,35	1,46	2,25	0,81	0,83
(10 a 15)	1,31	0,46	0,49	0,22	0,15
(15 a 20)	0,81	0,33	0,27	0,13	0,08
(20 a 30)	0,43	0,19	0,13	0,07	0,04
Mais de 30	0,59	0,30	0,17	0,08	0,04
Total	100	16,23	48,42	9,86	25,49

Fonte: Elaborada com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000.

* Em salários mínimos.

Os dados da TABELA 4 sugerem que a passagem pelo sistema educacional traz melhoras quanto ao ganho salarial. A distribuição dos rendimentos do trabalho por nível de escolaridade aponta para uma curva ascendente. Trabalhadores com baixos níveis de escolarização estão concentrados nos estratos inferiores de renda, enquanto os qualificados se encontram nos estratos de renda de mais de 15 salários mínimos.

Os números mostram uma realidade de baixos salários, além de grave deficiência na formação educacional da grande maioria dos trabalhadores no estado da Bahia. É possível observar que 15,17% são analfabetos e 35,76% têm escolaridade entre um e quatro anos de estudo. Aproximadamente 50,07% da PEA está concentrada no estrato de renda de um salário mínimo. O mesmo fenômeno se repete para aqueles que têm entre cinco e oito anos de estudo (20,09% da PEA) e 9 a 11 (ensino médio completo). Mesmo com maior nível de escolaridade muitos trabalhadores aceitam salários pouco diferenciados em relação àqueles com menor qualificação, tendo em vista as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Tabela 4 – Ocupados na Bahia segundo anos de estudo e faixa de rendimentos, 2000 (%)

Renda*	Total	Analfabetos	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 a 14	15 ou mais
(0 a 1)	50,07	11,36	22,37	9,98	6,16	6,16	0,07
(1 a 2)	25,88	2,97	8,80	5,84	7,72	7,72	0,20
(2 a 3)	7,91	0,41	2,06	1,75	3,22	3,22	0,23
(3 a 4)	5,84	0,24	1,28	1,16	2,59	2,59	0,34
(4 a 5)	1,81	0,03	0,26	0,30	0,91	0,91	0,21
(5 a 10)	5,35	0,12	0,74	0,77	2,36	2,36	1,01
(10 a 15)	1,31	0,02	0,13	0,15	0,47	0,47	0,43
(15 a 20)	0,81	0,01	0,06	0,07	0,26	0,26	0,35
(20 a 30)	0,43	0,00	0,02	0,03	0,10	0,10	0,23
Mais de 30	0,59	0,00	0,05	0,05	0,17	0,17	0,28
Total	100,00	15,17	35,76	20,09	23,96	23,96	3,34

Fonte: Elaborada com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000.

* Em salários mínimos.

Quando os níveis de escolaridade ultrapassam 11 anos de estudo, o que corresponde ao ingresso no ensino superior, mas não necessariamente à sua conclusão (1,68% da PEA), o nível de renda oscila na faixa de dois a 10 salários mínimos (1,18%). Para aqueles que completaram o ensino superior

ou pós-graduação (3,34%), estão reservados os maiores salários. No entanto, como já observou Mesquita (2005), nem mesmo os trabalhadores com maior escolaridade na Bahia foram poupados da deterioração das condições de trabalho, especialmente no que se refere à remuneração.

A falta de investimentos em educação formal mostra a fragilidade da qualificação profissional da PEA baiana, evidenciando poucas possibilidades de inclusão social, via emprego formal, e ganhos salariais significativos. É certo que, não obstante a importância da qualificação profissional dos trabalhadores, o (des)emprego não pode ser tratado de forma desvinculada do crescimento econômico (POCHMANN, 2004; MESQUITA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baixo crescimento econômico, aliado à liberalização produtiva, financeira e comercial, e as mudanças tecnológicas, se refletem no nível de emprego, afetando todos os setores da economia. Frente à concorrência internacional, o processo produtivo brasileiro configurou-se pela modernização e aquisição intensiva de tecnologias de informação. Esse caráter de importação das tecnologias, não somente em máquinas, mas também em *softwares* e abordagens de gestão da produção informatizada, trouxe como consequência a redução de postos no mercado de trabalho e o aumento considerável do desemprego. Surgiram, assim, outras formas de trabalho: temporário, parcial, precário, terceirizado e subcontratado, relacionadas à economia não formal e ao setor de serviços.

O salto tecnológico experimentado pelas empresas otimizou suas possibilidades de ganhos reais com menos mão de obra. Para os trabalhadores as poucas funções ou cargos criados, bem como aqueles preexistentes, foram delineados por um discurso marcado por exigências de qualificação pela via da educação formal, imediatamente colocada como imprescindível para a entrada e permanência no mercado de trabalho.

Se em décadas anteriores a questão da qualificação, da educação formal, reduzia-se à uma dimensão da esfera privada do indivíduo, pois este contava com certo nível de opção entre um emprego menos intelectual ou não, atualmente a complexificação do mundo do trabalho exige, de modo geral, uma passagem pelo sistema de ensino.

Entretanto, é preciso cautela ao estabelecer uma relação entre educação e qualificação, pois não são, necessariamente, sinônimos. A dinâmica do mercado de trabalho vai além dessas variáveis, envolve questões de ordem econômica, além de interesses individuais. É certo que a escolaridade não representa, em uma sociedade marcada por escassos postos de trabalho, garantia segura de emprego e melhoria de renda, mas, sem dúvida, consiste em uma das vertentes para a inclusão social e cidadania.

Nesta linha, o estudo revelou que, em função da questão estrutural do mercado de trabalho, no estado da Bahia predominaram baixos salários e, por conta da instabilidade macroeconômica, houve perdas no processo produtivo e nos postos de trabalho, embora no discurso empresarial estes resultados sejam frutos de uma PEA, em sua grande maioria, sem qualificação mínima.

Desta forma, um círculo vicioso tende a se perpetuar: o mercado de trabalho paga salários baixos para trabalhadores sem ou de baixa qualificação. Estes, por sua vez, quando buscam a qualificação, estacionam em níveis mínimos, reforçando a retórica empresarial, que justifica pagar baixos salários para uma população que, aos seus olhos, não quer estudar. Reforça-se, ainda, a crítica a um Estado que não efetiva uma ampla política educacional que qualifique a mão de obra nos níveis exigidos pelo mercado.

Além disso, o mercado de trabalho, na Bahia, revela-se reprodutor de desigualdades, sendo visível a combinação de discriminação de gênero e raça, em que a mulher não branca encontra-se na situação mais desfavorável.

É fundamental ter uma visão clara do que se quer para um Estado e para o País no futuro, cabendo ao Governo, em conjunto com a sociedade, o desenho de políticas públicas capazes de romper o ciclo de perpetuação das antigas (analfabetismo e fome) e das novas formas de exclusão social (violência, criminalidade e desemprego). O desafio atual é a articulação de políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade regionais, com geração de emprego e renda.

Problemas sociais crônicos, como o desemprego, motivado, em parte, pela falta de educação e qualificação, e a questão das discriminações de gênero e raça necessitam de ações urgentes e efetivas de todos os níveis governamentais para que realmente se contemplem os ideais da inclusão social plena por meio do emprego formal, um dos principais mecanismos para a realização concreta da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. A. P. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. 365p.
- BARCELOS, L. C. Educação: um quadro de desigualdades raciais. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.23, p.37-69, 1992.
- BARBOSA, C.; BARBOSA, E. R. O.; BARBOSA, C. Pobreza, diferenças raciais e educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 769-775, 2007.
- BARELLI, W. És o avesso do avesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 7-19, 2003.
- CAMPOS, M. F. S. S.; HIDALGO, A. B.; MATA, D. Abertura, comércio intra-indústria e desigualdade de rendimentos: uma análise para a indústria de transformação brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 275-306, 2007.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, 31-59, 2001.
- CARVALHO, I.M.M. Descentralização e políticas sociais a Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, v.10, n.26-27, p.75-105, 1997.
- CARVALHO, R. Q. Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho do terceiro? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 35-79, 1993.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.
- CHAHAD, J. P. Z. **Tendências recentes no mercado de trabalho**: pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, 2003.
- DAVEL, E. e VERGARA, S. C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVEL, E.; VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2001. p.31-56.

- DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-111, 2005.
- DEDECCA, C. S. Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 13-20, 1996.
- DEMO, P. Focalização de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a agenda perdida. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 76, p. 93-117, 2003.
- DRUCK, G. e BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 37, p. 111-139, 2002.
- FERREIRA, A. S. M. Arranjos produtivos locais: uma abordagem socioeconômica no estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.13, n.3, p.635-640, 2003.
- FRANCO, A. Em tempos globais, um "novo" local: a Ford na Bahia. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p.359-380, 2009.
- GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 104-121, 2002.
- GÍLIO, I. **Trabalho e educação: formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo: Nobel, 2000. 112p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IVO, A. B. L. Padrões de reprodução do capital na agricultura baiana (1940 a 1980). **Cadernos CRH**, v. 1, n. 6, p. 1-34, 1987.
- KUENZER, A. Z. *Da dualidade assumida à dualidade negada*: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.
- LEITE, M. P. Trabalho e sociedade em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 66-87, 2000.
- MATTOSO, J. e POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 213-243, 1998.
- MENDONÇA, S. E. A. Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos. **Mercado de trabalho**, Brasília, n.22, p.3-6, 2003.
- MENEZES, W. F. e DEDECCA, C. S. Avaliação da duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 35-60, 2006.
- MESQUITA, A. C. S. O comportamento do emprego formal qualificado na Bahia entre 1994-2003. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 15, n. 2-3, p. 227-239, 2005.
- NERI, M.C. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- NERI, M. C.; CAMARGO, J. M. A. G.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Brasília: IPEA, 2000. 31p. (Texto para Discussão, n. 743).
- OSÓRIO, R. G. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Brasília: IPEA, 2004. 24p. (Texto para Discussão, n. 1033)
- POCHMANN, M. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007.
- _____. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.
- _____. Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil. In: TOLEDO, E. G.; SALAS, C. (org.). **Nafta y Mercosur**: Procesos de apertura económica y trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 185-214.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002. 205p.
- _____. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. 151p.
- SALM, C. L. e FOGAÇA, A. Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 107-136, 1998.

SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, 2008.

SANTOS, J. R. A inserção do negro e seus dilemas. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 110-154, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. 176p.

SAMPAIO, M. G. V. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, n. 4, p. 655-663, 2007.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 13-35, 1997.

SPINOLA, N. D. A economia baiana: os condicionantes da dependência. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 88-99, 2004.

TEIXEIRA, F. e GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p.87-97.